



## **A CULTURA NO MERCOSUL: ANÁLISE DOS DESDOBRAMENTOS DAS CÚPULAS SOCIAIS NAS REUNIÕES DE MINISTROS DA CULTURA (2006- 2015)**

*LA CULTURA EN EL MERCOSUR: ANÁLISIS DE LOS DESDOBLAMIENTOS  
DE LAS CUMBRES SOCIALES EN LA REUNIONES DE MINISTROS DE  
CULTURA (2006-2015)*

*THE CULTURE IN MERCOSUR: AN ANALYSIS OF THE DEVELOPMENTS OF  
THE MERCOSUR SOCIAL SUMMITS IN THE MEETINGS OF MINISTERS OF  
CULTURE (2006-2015)*

Maria Camila Osorio Ortiz<sup>1</sup> 

Tereza Maria Spyer Dulci<sup>2</sup> 

Yaskara Weit Urruth<sup>3</sup> 

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar como as propostas formuladas no âmbito das Cúpulas Sociais do MERCOSUL (CSM) para a área da cultura foram incorporadas pelas Reuniões de Ministros da Cultura (RMC). Para tal, identificamos primeiramente as propostas sobre cultura nas CSM entre 2006 e 2015. Em seguida, analisamos como as propostas resultantes das CSM para a área da cultura foram abordadas pelas RMC no mesmo período, buscando identificar projetos e ações estabelecidos a partir de tais demandas e estudar seus desdobramentos. Entre os resultados, o estudo conclui que, apesar das CSM se apresentarem como um importante espaço de participação social, há a necessidade de que existam modos mais efetivos de difusão das propostas aos órgãos do MERCOSUL, além de a tomada de decisões não ficar exclusivamente na intergovernamentalidade, pois isso dificulta a institucionalização.

---

<sup>1</sup> Graduada em Comunicação Social – Jornalismo. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: [ma.camilaortiz@gmail.com](mailto:ma.camilaortiz@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em História. Professora do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: [tereza.spyer@unila.edu.br](mailto:tereza.spyer@unila.edu.br)

<sup>3</sup> Graduada em Relações Internacionais. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: [yaskaraweit@gmail.com](mailto:yaskaraweit@gmail.com)

**Palavras-chave:** Mercosul; Cúpula Social do Mercosul; Reunião de Ministros da Cultura; políticas culturais; participação social.

**Resumen:** Este artículo pretende analizar cómo las propuestas formuladas en el marco de las Cumbres Sociales del Mercosur (CSM) para el área de cultura fueron incorporadas por las Reuniones de Ministros de Cultura (RMC). Para ello, en primer lugar, identificamos las propuestas sobre cultura en las CSM entre 2006 y 2015. A continuación, analizamos cómo las propuestas resultantes de la CSM para el área de cultura fueron atendidas por las RMC en el mismo periodo, buscando identificar los proyectos y acciones establecidos a partir de estas demandas y estudiar su desarrollo. Entre los resultados, el estudio concluye que, si bien las CSM son un importante espacio de participación social, se necesitan formas más efectivas de difusión de las propuestas dentro de los órganos del MERCOSUR, y que la toma de decisiones no sea exclusivamente intergubernamental, ya que esto dificulta la institucionalización.

**Palabras clave:** Mercosur; Cumbre Social del Mercosur; Reunión de Ministros de Cultura; políticas culturales; participación social.

**Abstract:** This article aims to analyze how the proposals formulated in the framework of the Social Summits of Mercosur (CSM) for the area of culture have been incorporated by the Meetings of Ministers of Culture (RMC). To this end, we will first identify the proposals in the CSMs between 2006 and 2015. Next, we analyze how the proposals resulting from the CSM for the area of culture were addressed by the MRC in the same period, seeking to identify projects and actions established from such demands and study their unfolding. Among the results, the study concludes that, although the CSMs present themselves as an important space for social participation, there is a need for more effective ways of disseminating proposals to the MERCOSUR bodies, and for decision making not to remain exclusively intergovernmental, since this hinders institutionalization.

**KEYWORDS:** Mercosur; Social Summits of Mercosur; Meeting of Ministers of Culture; cultural policies; social participation.

---

DOI:[10.11606/issn.1676-6288.prolam.2022.192903](https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2022.192903)

*Recebido em: 25/11/2021  
Aprovado em: 30/06/2022  
Publicado em: 03/07/2022*

## **1. Introdução<sup>4</sup>**

O fortalecimento dos movimentos sociais latino-americanos a partir da década de 1990 e a eleição de governos progressistas em diversos países da região no início do século XXI levaram à ampliação do debate sobre os mecanismos de participação da sociedade civil nos processos decisórios e de implementação de políticas voltadas à integração regional (DIZ; OLIVEIRA JR., 2018). No Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), fundado em 1991, tal debate refletiu-se na criação do Programa Somos MERCOSUL, de 2005, das Cúpulas Sociais do MERCOSUL (CSM), realizadas entre 2006 e 2015 e da Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL (UPS), criada em 2010 (MARTINS, 2014).

As CSM funcionaram como espaço de diálogo entre os governos e a sociedade civil e foram integradas à estrutura institucional do MERCOSUL em 2012, formalizando sua interlocução com o Grupo Mercado Comum (GMC), órgão decisório do bloco ao qual são reportados os resultados das cúpulas. Os documentos finais das CSM são formalmente encaminhados às Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo do bloco e incorporados como anexos das declarações presidenciais. Todavia, cumpre destacar que ainda não existem mecanismos estabelecidos para o tratamento das propostas e demandas da sociedade civil nos espaços decisórios do MERCOSUL (MACHADO; MARTINEZ, 2017).

Desse modo, o presente artigo tem como objetivo analisar como as propostas formuladas no âmbito das CSM para a área da cultura foram incorporadas pelas Reuniões de Ministros da Cultura do Mercosul (RMC). Para tal, identificamos primeiramente as propostas sobre cultura nas CSM entre 2006 e 2015. Em seguida, analisamos como as propostas resultantes das CSM para a área da cultura foram abordadas pelas RMC no mesmo

---

<sup>4</sup> As traduções do espanhol e do inglês para o português são de nossa autoria.

período, buscando identificar projetos e ações estabelecidos a partir de tais demandas e estudar seus desdobramentos.

Para a realização desse artigo, como escolha metodológica, nos valem de pesquisa documental e bibliográfica (RODRIGUES, 2006, ROSA, 2016), bem como seguimos o método de pesquisa conhecido como *process tracing*, que permite monitorar o processo por meio do qual propostas da sociedade civil são incorporadas por órgãos políticos (BENNETT; CHECKEL, 2015). Já do ponto de vista teórico, nos apoiamos nos estudos sobre integração regional (MARIANO; MENEZES, 2021) e sobre regionalismo, em especial sobre a noção de “regionalismo participativo” (RAMANZINI JÚNIOR; LUCIANO, 2021). Por fim, com relação à pesquisa documental, esta foi realizada de forma exploratória e qualitativa, já no que diz respeito à pesquisa bibliográfica, esta se pautou no estudo de produções voltadas à questão da cultura no MERCOSUL.

## **2. A cultura nos documentos das cúpulas sociais do MERCOSUL**

As Cúpulas Sociais do MERCOSUL são encontros realizados duas vezes por ano, sempre em cidades pertencentes aos países-membros do bloco. Se fazem presentes participantes individuais, representantes de organizações e movimentos sociais, assim como autoridades governamentais. Nestas reuniões, se estabelece um espaço para a discussão de temáticas pertinentes à região, nas quais os participantes se reúnem – através de comissões/grupos de trabalho, mesas de trabalho ou oficinas correspondentes às temáticas que serão abordadas em cada edição – para que possam elaborar propostas e declarações que serão levadas para as Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo do bloco.

Em 2015 as CSM completaram dez anos da realização do seu primeiro encontro. Como referência a esse marco, a UPS encomendou um estudo que fornecesse um balanço e uma avaliação da experiência das cúpulas até

aquele momento. A pesquisa foi demandada também por conta da fragmentação, dispersão e ausência de uma sistematização das informações a respeito das CSM, o que dificultava muito o estudo, a análise e o debate público acerca destes espaços e da participação social no bloco. Este trabalho resultou em duas publicações. A primeira intitulada, “As Cúpulas Sociais do MERCOSUL - História e Acervo”, apresenta a história e os antecedentes das cúpulas, os dados de cada uma delas e seus formatos, participantes das dezoito edições, as organizações sociais que fizeram parte e os temas de trabalho (MARTINS; SILVA, 2016). A segunda, “As Cúpulas Sociais do MERCOSUL - Declarações e Documentos de Trabalho”, expõe todas as declarações, propostas e documentos de trabalho que foram elaborados pelas organizações e movimentos sociais (VAZQUEZ, 2016).

Estes dois documentos foram as fontes analisadas neste subitem para estudarmos a cultura nas CSM. Neste trabalho analisamos as declarações e os documentos referentes aos GTs/comissões, mesas de trabalho e/ou oficinas diretamente ligados à cultura ocorridos nas cúpulas de Córdoba e Brasília (2006); Assunção e Montevidéu (2007); Tucumã e Salvador (2008); Assunção e Montevidéu (2009); Isla del Cerrito, Chaco e Foz do Iguaçu (2010); Assunção e Montevidéu (2011); Mendoza e Brasília (2012); Montevidéu (2013), Caracas e Paraná (2014) e Brasília (2015). Cumpre destacar que não houve reuniões específicas sobre o campo da cultura em todas as edições das cúpulas, neste caso, trazemos as análises referentes apenas às cúpulas em que a cultura foi contemplada com reuniões específicas<sup>5</sup>.

O GT da Cúpula de Brasília (2006), “Educação, juventude, cultura e comunicação”, produziu uma declaração na qual o item 22 corresponde ao tema da cultura. Nele destaca-se a necessidade de priorizar ações de integração cultural para fortalecer a identidade regional. O documento também exorta os governos e parlamentos a ratificar a Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

---

<sup>5</sup> A cultura foi tratada em reuniões específicas (GTs/comissões, mesas de trabalho e/ou oficinas) somente nas seguintes cúpulas: Brasília (2006), Assunção (2009), Foz do Iguaçu (2010), Assunção (2011), Mendoza (2012), Brasília (2012), Montevidéu (2013) e Caracas (2014).

(UNESCO) sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Neste ponto importa ressaltar que o texto relaciona o acesso à cultura como via de “inclusão social e construção da cidadania”. Há também a demanda por maiores recursos para a cultura, ampliação dos intercâmbios artísticos das diferentes linguagens e a “articulação de pontos de cultura e casas de cultura e das políticas de patrimônio, cultura digital, livro e leitura”. Por fim, na declaração destaca-se a necessidade de integrar “as políticas de cultura, educação, juventude e comunicação, numa plataforma de desenvolvimento sociocultural do MERCOSUL” (VAZQUEZ, 2016, p. 23-24).

Na cúpula de Assunção (2009) o tema da cultura integrou uma oficina intitulada “Integração Cultural” e, na cúpula de Foz do Iguaçu (2010), foi criada uma “Comissão de Cultura”. Por sua vez, na cúpula de Assunção (2011), o GT “Cultura, Educação Popular e Tecnologia Social” elaborou uma declaração fruto dos trabalhos realizados pela “Comissão de Cultura”, sendo a única declaração feita por uma comissão de cultura nas CSM. Entre os principais pontos destacados estão: fundação de uma TV pública do MERCOSUL Social, estabelecimento de políticas linguísticas, criação de um censo cultural regional, apoio às iniciativas da economia criativa, adoção de políticas de patrimônio material e imaterial, implantação de políticas especiais de atenção cultural e de identidade nos espaços fronteiriços e criação de fundos culturais que tenham em conta a “diversidade cultural e pluriétnica” dos países do bloco. Sobre este tema, foi proposto que o Brasil, responsável pela gestão e implementação do Fundo de Cultura do MERCOSUL (FMC), “leve em conta as assimetrias entre países e preveja exceções especiais em favor das nações menores do bloco” (VASQUEZ, 2016, p. 116).

Já na cúpula de Mendoza (2012), a comissão “Cultura e pensamento latino-americano” elaborou um relatório contendo questões a serem abordadas no âmbito da cultura em relação ao “Estado, aos Direitos Humanos, ao Trabalho e Inclusão Social” e também em relação à “Participação Cidadã”. O documento enfatiza o papel dos países-membros

do bloco na promoção das “experiências culturais comunitárias, locais, regionais e itinerantes”. Em nome da “cultura viva comunitária”, conclama os “Estados progressistas” a criarem Ministérios da Cultura e a aportarem recursos para a cultura comunitária. Ressalta a importância de reconhecer a “identidade e os saberes dos povos de terreiros, indígenas e comunidades originárias e garantir-lhes o livre acesso à água, à terra e à sua própria cultura”. Há também a defesa de empreendimentos de “Cultura Viva” e de uma versão latino-americanista acerca do tema da diversidade cultural, sendo que sua preservação deve ser incluída nas legislações e em novos programas sobre o assunto. Igualmente, existe uma ênfase no fato de que as políticas públicas para a cultura devam ser elaboradas em diálogos abertos e democráticos. Por fim, ressalta-se a necessidade de que uma nova “cultura política emancipatória e cidadã se baseie em novos paradigmas mais solidários, democráticos e cuidadosos com os bens culturais comuns”. O relatório finaliza com duas propostas: criar em todos os níveis educacionais uma base curricular comum calcada no “pensamento e na cultura latino-americana” e a “criação e fortalecimento de políticas públicas e marcos legais para promover uma cultura viva comunitária que garanta mecanismos de participação dos cidadãos, transparência e desenvolvimento local e regional” (VAZQUEZ, 2016, p. 162-165).

Na cúpula de Brasília (2012) o GT “Comunicação, Cultura e Identidade” participou da elaboração, junto com outros GTs integrados por representantes dos movimentos sociais e populares da região, de uma declaração e um documento consensuado de 20 propostas, realizados no marco do Programa Somos MERCOSUL, sob o tema central “Cidadania e Participação”, nos quais a cultura é citada conjuntamente com outras temáticas, em particular a educação e a comunicação. Das 20 propostas da Cúpula os itens 13 e 14 correspondem à “Identidade Cultural Sul-Americana”:

13. Promover políticas públicas de maior integração no campo da cultura e educação por meio da adoção do ensino das línguas portuguesa e espanhola nas escolas, fortalecimento do guarani e valorização das demais línguas dos povos originários; de uma política ativa de tradução de literatura, do intercâmbio de estudantes, da intensificação das trocas de ações culturais e fortalecimento das cadeias produtivas culturais.
14. Promover a democratização dos

meios de comunicação e ampliar o alcance da Telesur e outras iniciativas regionais que reforcem os mecanismos de comunicação popular (VAZQUEZ, 2016, p. 186).

Já na cúpula de Montevideu (2013), a oficina “Educação e Cultura” elaborou um relatório com propostas sobre o tema. Contudo, ao longo do documento, percebe-se novamente um protagonismo do âmbito da educação, sendo a cultura abordada de forma superficial. Além disso, as propostas são praticamente restritas à educação, sendo que a cultura aparece vinculada aos projetos educativos, “com conteúdos regionais, contextualizados com as culturas patrimoniais locais”. Aqui vale destacar que o texto denuncia o colonialismo e propõe a valorização das culturas milenares do continente, em particular a defesa do conceito de “bem viver” (VAZQUEZ, 2016, p. 191). E, finalmente, na última cúpula que contém uma reunião específica sobre cultura, a de Caracas (2014), temos a mesa 3, intitulada “Cultura e Pensamento próprio Nossoamericano”. Nesta edição defende-se o desenvolvimento de uma “nova consciência cultural unitária integracionista” e avalia-se que o MERCOSUL de 2004 até o ano em questão, deixou de ter uma agenda exclusivamente comercial e passou a contar com um processo de integração que inclui outras dimensões, como a cultural (VAZQUEZ, 2016, p. 205).

Após analisarmos os documentos, percebemos que das 18 CSM, apenas 8 possuem registro de reuniões sobre cultura. Destes 8, apenas 3 trouxeram propostas para a cultura (Brasília 2006, Mendoza 2012, Brasília 2012) e só 1 possui declaração realizada por uma Comissão de Cultura (Assunção 2011). O livro organizado por Martins e Silva (2016) destacou para o “Grupo Temático 4 – Cultura e Identidade”, 3 trechos de propostas em que essa temática realmente se sobressai, em 3 documentos e cúpulas diferentes. Destes 3 trechos, 2 fazem referência à cultura (Brasília 2006 – “item 22” e Brasília 2012 – “item 13”) e 1 (Paraná 2014 – “item 7”), apenas à identidade (MARTINS; SILVA, 2016). Entretanto, em nossa análise identificamos também propostas referentes à cultura na cúpula de Mendoza (2012), totalizando 3 cúpulas que trazem propostas para a cultura,



ao invés de 2 como cita o referido livro. Outro ponto observado foi a presença de 4 grupos sobre cultura sem registros relacionados por Martins e Silva (2016): “Educação, Juventude, Cultura e Comunicação”, “Integração Cultural”, “Comissão de Cultura” e “Cultura e Pensamento próprio Nossoamericano”. Contudo, no livro organizado por Vazquez (2016) não havia nenhum relatório, proposta ou referência a eles. Isso indica que, apesar dos esforços da UPS para reunir, sistematizar e publicar os documentos das CSM, parte desse material ainda não veio a público.

Os grupos e as temáticas abordadas nas CSM variam a cada edição e não necessariamente se repetem. Portanto, a cultura não estar presente como eixo temático todos os anos não é incomum. No entanto, aparecer em menos da metade das edições reflete diretamente no baixo número de propostas e declarações sobre esta temática. No âmbito das propostas, a cultura (com 4 grupos de trabalho produtivos) possui 3 trechos de documentos. Para se ter um parâmetro de comparação, em termos de propostas, o tema “Modelos de integração, modelos de desenvolvimento, negociações comerciais internacionais” apresenta 27 trechos e o tema “Estabilidade democrática, geopolítica, segurança e defesa continental” 28 trechos. Já no que diz respeito às “Declarações, Relatórios e Conclusões de Grupos de Trabalho e Comissões”, enquanto a cultura possui um documento (a “Declaração da Comissão de Cultura de 2011”), a área de comunicação possui 10 e a de meio ambiente 8. Assim, é evidente que outras temáticas são trabalhadas e pensadas em maior quantidade e profundidade do que a cultura. Esta, embora não seja necessariamente abordada como prescindível nos documentos das CSM, acaba por adquirir uma posição de menor destaque, mesmo sendo abordada dentro de outros GTs, comissões e oficinas. Além disso, nota-se uma falta de articulação da cultura com as outras áreas presentes nas CSM.

Ao analisarmos as propostas referentes à cultura em Brasília 2006, Mendoza 2012 e Brasília 2012, percebemos a abordagem de várias frentes referentes a esta temática. Pensou-se a cultura em um amplo espectro, enfatizando os projetos de integração cultural e a necessidade de

construção de uma identidade regional que considerasse a diversidade da região, colocando a cultura como um dos vetores para o desenvolvimento. Estas cúpulas trouxeram também pontos que reforçam a necessidade da ampliação de recursos e de políticas para a cultura, ressaltando a importância da democratização do acesso e da elaboração destas políticas. Outra questão abordada foi a necessidade da intensificação do intercâmbio cultural e do fortalecimento das cadeias produtivas culturais, juntamente com a ampliação das políticas de patrimônio. Além disso, o tema dos saberes e direitos dos povos originários e afrodescendentes também foi enfatizado.

Assim, embora a cultura tenha pouco destaque nas CSM se comparada a outras temáticas, nelas foram reivindicados pontos que vão além de políticas comerciais para o manejo dos bens culturais e de iniciativas que estejam submetidas à lei de mercado, pois estavam presentes propostas que dialogavam com um conceito mais amplo de cultura. Foram trazidas, por exemplo, abordagens culturais decoloniais, interculturais e integrativas, o que destaca a importância da presença da sociedade na construção de políticas públicas. Percebemos com isso uma aproximação com as demandas sociais nas discussões sobre esta área dentro das CSM, mesmo que realizadas em quantidade menor e com poucos documentos formalizados. Já no que diz respeito aos documentos, conforme indicamos anteriormente, embora tenha havido 8 encontros sobre cultura nas CSM, houve apenas 1 declaração: a “Comissão de Cultura” de Assunção (2011).

Sobre essa declaração, podemos perceber o enfoque em três pontos centrais. O primeiro é na busca de um aperfeiçoamento do funcionamento dos fundos do MERCOSUL para a cultura, visando reduzir as assimetrias dentro do bloco no que diz respeito ao setor cultural. Defende-se que os fundos sejam designados a todos os países de uma forma proporcional e que se ajustem e sejam flexibilizadas as legislações para que os projetos sejam elaborados de acordo com as necessidades dos Estados-membros. O documento ainda destaca a necessidade de os fundos serem usados para

revitalização das expressões culturais. Percebe-se também uma ênfase em relação às políticas públicas para a cultura, pois há uma demanda por políticas que incentivem a economia criativa, políticas culturais e identitárias para as regiões de fronteira, políticas que garantam acesso e promovam o desenvolvimento de materiais culturais, políticas que promovam as línguas e as tradições autóctones, e, políticas que protejam, promovam, revitalizem e fortaleçam os patrimônios materiais e imateriais da região (VASQUEZ, 2016, p. 116-117).

Destes pontos arrolados pela declaração, percebemos que além do documento abarcar a cultura em suas múltiplas dimensões, como o fizeram as propostas dos outros anos, esta apresenta medidas de caráter bastante básico e estrutural. Isso demonstra que há uma precariedade no funcionamento e na implementação de políticas públicas para o setor na região. Fica evidente que as discussões sobre o âmbito cultural ainda não estavam bem estabelecidas dentro do bloco, isso considerando que o tema da cultura já era discutido no MERCOSUL, mesmo que de forma rudimentar, desde o início da sua formação. Deste modo, observamos que apesar de haver um conteúdo abrangente sobre o campo da cultura nas propostas e na declaração, ainda julgamos baixo seu desempenho neste foro. Tal questão está diretamente relacionada com “os efeitos devastadores do status subalterno” da cultura (WORTMAN; LESSA, 2020, p. 34) dentro dos Estados-membros do MERCOSUL, o que, dadas as características do bloco de “forte dependência da vontade política dos governos” (MARIANO; MENEZES, 2021, p. 159), diz muito sobre como a cultura é abordada também dentro MERCOSUL.

Cumprir dizer que no MERCOSUL a cultura tem lugar em uma instância denominada Mercosul Cultural, que foi criada em 1992 e que se configura como um conjunto de reuniões realizadas por ministros e responsáveis pela cultura de seus Estados-membros, para discutir e implementar iniciativas de integração para este setor. No entanto, muitas das fragilidades do MERCOSUL como bloco se refletem diretamente no Mercosul Cultural, fazendo com que essa instância tenha uma

vulnerabilidade institucional. Isso resulta em um distanciamento entre o que se propõe e o que se executa. Uma evidência disso é o seu funcionamento ser centralizado nas RMC, já que não tem um órgão próprio com funcionários dedicados a este setor para propor e acompanhar a implementação das iniciativas. Esse distanciamento está muito presente nas atas das RMC e nos desenhos de projetos culturais elaborados por seus Estados-membros. Há também uma ausência de uma perspectiva regional dentro do Mercosul Cultural, o que gera desarticulação e compartimentalização das suas iniciativas (BORJA, 2011a).

O Mercosul Cultural se consolida com essas características não somente pelo status subalterno que a cultura assume em muitas instâncias, como também por conta de um longo processo institucional do próprio MERCOSUL. O bloco enfrenta, desde sua formação, a difícil construção de um consenso sobre os objetivos que se pretende alcançar com seu processo de integração (MARIANO; MENEZES, 2021). Como reflexo disso, a dinâmica do MERCOSUL se concentrou em uma agenda negociadora de curto prazo, “que ora mostra--se focada nos temas comerciais, ora na lógica de maior pluralidade temática – mas ainda dentro de uma perspectiva mais informal e sem capacidade decisória” (MARIANO; MENEZES, 2021, p. 155-156). Neste cenário, iniciativas referentes à cultura ora tem destaque, ora são postas para segundo plano, o que dificulta a criação de uma política cultural para o bloco, que seria um caminho concreto para a implementação de projetos e iniciativas culturais para a região.

Como reflexo dessas fragilidades institucionais e organizacionais do MERCOSUL, a burocracia passa a ser uma característica muito presente no bloco e, por sua vez, no Mercosul Cultural. Na medida em que se pretende manter a soberania dos Estados frente ao processo de integração, as instâncias do MERCOSUL acabam não tendo capacidade impositiva, sendo necessário que todas as decisões políticas e projetos do bloco sejam incorporadas aos regulamentos nacionais, enrijecendo e dificultando o processo integrativo (MARIANO; MENEZES, 2021). Neste sentido, a

burocracia enfrentada para implementar políticas e projetos culturais aos regulamentos nacionais de Estados tão desiguais e que lidam com a cultura de forma particular dentro de seus territórios é uma questão que dificulta a resolução de alternativas práticas para o setor cultural na nossa região.

### **3. Das cúpulas às RMC**

Criada pelo Conselho do Mercado Comum (CMC) em 1995, a Reunião de Ministros da Cultura é destinada a “promover a difusão e conhecimento dos valores e tradições culturais dos Estados do MERCOSUL, assim como a apresentação ao dito Conselho de propostas de cooperação e coordenação no campo da cultura” (MERCOSUL, 1995). A partir da segunda RMC realizada em Brasília (1996), foi aprovado o “Protocolo de Integração Cultural”, que estabeleceu os princípios e as diretrizes das ações culturais do bloco. Porém, embora houvesse um discurso que buscava valorizar o setor cultural, os primeiros encontros das RMC versavam sobre iniciativas e projetos desconexos entre si e sem continuidade no tempo (BORJA, 2011a).

Assim, mesmo promovendo a pesquisa de temas históricos e culturais em comum, a abordagem generalista das questões culturais não se apresentava como uma ferramenta clara contra as desigualdades. Todavia, com a retomada e ampliação de temas não-comerciais a partir dos anos 2000, foram criadas políticas ampliadas que não se limitavam a um caráter meramente comercial, possibilitando revisar o “Protocolo de Integração Cultural” que reunia outros temas, resultando na “Declaração de Integração Cultural do MERCOSUL” em 2008 (RMC, 2008a).

A partir de uma visão unificada das práticas do *process tracing*, entendendo-as como “a análise de evidências sobre processos, sequências e conjunturas de eventos dentro de um caso para fins de desenvolvimento ou teste de hipóteses sobre mecanismos causais que possam explicar causalmente o caso” (BENNETT; CHECKEL 2015, p. 7), foram coletados fatos relevantes – nas atas das RMC (2006 a 2015), disponíveis na página oficial do

MERCOSUL – de maneira indutiva e sistemática para a formulação dos mecanismos causais preliminares que, posteriormente, foram comprovados segundo sua plausibilidade.

Com base na literatura sobre o Mercosul Cultural e a atuação da RMC no bloco (RMC 2006a, 2006b, 2007a, 2007b, 2008a, 2008b, 2009a, 2009b, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b, 2013, 2014, 2015a, 2015b), observamos como mecanismos causais relevantes três questões principais: a cultura vista como acessória ao processo de integração econômica, tornando as RMC “pouco significativas e restritas ao campo da legislação” (SOARES, 2011, p. 306); o aumento dos espaços de negociação sem poder de decisão (Reuniões de Ministros, Reuniões Especializadas, Subgrupos de Trabalho) posto que as três instituições decisórias (CMC, GMC e Comissão do Comércio do MERCOSUL – CCM) aglutinam a tomada de decisões e a informação a respeito do processo de integração (CAETANO; VAZQUEZ; VENTURA, 2009) gerando disfuncionalidades nos programas regionais para a cultura; e “a ideologia dos governos nacionais como principal fator explicativo tanto do aumento histórico quanto da diminuição contemporânea da participação social neste bloco” (RAMANZINI JÚNIOR; LUCIANO, 2021, p. 22), apesar do incremento do desenvolvimento de canais de participação da sociedade civil no regionalismo, especialmente a partir da primeira década dos anos 2000.

A etapa seguinte do *process tracing* foi confrontar estas reflexões indutivas com as evidências através de uma análise exploratória das propostas formuladas no âmbito das CSM – catalogadas nos dois tomos referenciados na primeira parte deste artigo – onde foram classificados os principais temas tratados em cinco eixos: afrodescendentes, comunicação, cultura e identidade, direitos humanos, verdade e memória e povos originários/indígenas (ver matriz 1). Isto deu o ponto de partida para a escolha do *tema* como unidade de registro para realizar a análise categorial, descobrindo os núcleos de sentido e a frequência de aparição (MORAES, 1999) nas 18 atas analisadas das RMC (2006 a 2015). Esta primeira análise

categorial serviu para apresentar um panorama geral exploratório da quantidade de categorias a serem avaliadas, inclusive optou-se pela construção de categorias por temas tratados da forma mais ampla possível, com maior detalhe, independentemente de que posteriormente pudessem ser agrupadas algumas delas sob assuntos mais amplos. A coleta das atas foi realizada mediante uma busca na base de dados da página oficial do MERCOSUL<sup>6</sup>.

Cabe destacar que a adoção de técnicas de codificação automatizadas ou de contagem de palavras foram descartadas, pois implicava privilegiar os métodos quantitativos sobre os qualitativos. Levando em conta o baixo número de atas (18 = 97 páginas) em relação à quantidade de anos analisados (10), procurou-se uma análise de conteúdo para adentrar nas acepções dos textos das atas extraindo significados temáticos relacionando a frequência da citação dos temas (eixos/propostas CSM) para medir o peso atribuído (CHIZZOTTI, 2011).

Assim, foi feita uma triangulação entre o resultado dessa análise categorial das atas das RMC, os eixos de trabalho das CSM e as propostas das CSM citadas no subitem anterior. Depois de estabelecer a linha de tempo dos processos pesquisados (2006 a 2015), as categorias teóricas extraídas da literatura foram ampliadas com as categorias identificadas nas propostas das CSM, logo foram traçados cinco eixos a partir dos quais se identificaram os planos, projetos ou programas registrados nas atas das RMC, procurando assim os nexos causais dos processos sociais levantados nas CSM (ver matriz 1).

Por meio da matriz são apresentadas as relações dos planos, programas ou projetos identificados na categorização dos *temas* das atas com as propostas das CSM dentro de cada eixo. Cada correlação encontrada foi marcada com a cor cinza, procurando identificar até que ponto a participação social na área da cultura teve desdobramentos em projetos ou ações abordados pelas RMC (VAZQUEZ, 2016). Também buscamos

---

<sup>6</sup> Página oficial do Mercosul: "Reuniones y documentos oficiales" <https://documentos.mercosur.int/>

identificar se existe eco das propostas sociais e quais planos, programas ou projetos gerados estabelecem espaços de diálogo e de interconexão e constroem institucionalidades que ampliam os temas e garantem a inclusão de diversos setores.

A partir da categorização das atas, foram identificados 106 *temas* que reúnem sugestões, ações, planos, programas ou projetos que perpassam pelo intercâmbio de políticas nacionais sobre cultura; perspectivas de integração; cooperação técnica; diversidade cultural; corredores culturais; economia da cultura; patrimônio cultural; compatibilidade entre as legislações nacionais objetivando a livre circulação de bens e serviços culturais e o incentivo à cultura, além de apoiar o uso dos meios de comunicação para a difusão da diversidade cultural e garantir o acesso à produção artística e cultural. Desse número, apenas 21 confluem nas propostas de participação social, apresentados na matriz 1, estruturada em cinco eixos provenientes dos 23 estudados por Martins e Silva (2016), os quais contemplam 6 das 7 declarações finais das CSM, tendo como intuito vislumbrar os enfoques na dimensão cultural desde a participação social.

Ao analisarmos as atas das RMC percebemos algumas ideias recorrentes, como assumir a integração cultural a partir do conceito de diversidade (proteção e promoção da diversidade calcada na Convenção da UNESCO de 2006); criar espaços onde a sociedade seja protagonista e beneficiária dos processos culturais (incluindo os grupos étnicos subalternizados); estabelecer políticas que considerem a cultura como suposto básico para uma efetiva transformação social (cidadania cultural), entre outras.



Matriz 1

EIXOS	AFRODESCENDENTES		COMUNICAÇÃO				CULTURA E IDENTIDADE								DIREITOS HUMANOS, VERDADE E MEMÓRIA	POVOS ORIGINÁRIOS/INDÍGENAS																		
	Promoção igualdade racial	Encontro Regional	Cooperação	Democratização	Difusões culturais	Leis Audiovisuais	Acesso à cultura/inclusão social e construção de cidadania	Fomento para a cultura	Fundos Culturais	Aporte não inferior ao 0,1%	Pontos e casas de cultura e políticas de patrimônio	Cultura Digital	Herança/presente povos afro e indígenas	Integração de políticas	Eventos culturais	Patrimônio material e imaterial	Ressarcimento Guerra Tríplice Aliança	Línguas dos povos originários	Diversidade de sujeitos socioculturais existentes	Congresso dos Povos Livres	Direitos dos povos originários/regiões de fronteira	Proteção de centros e templos religiosos	Calendários culturais	Recursos arqueológicos sagrados	Bicentenário da Independência como não comemoração	Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas: restituição	Memórias dos povos originários							
PROPOSTAS PARA A CULTURA DESDE OS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE  PLANOS, PROGRAMAS OU PROJETOS DAS ATAS RMC	Encontro Afro-Latino e Caribenho. (BsAs 2010 e RJ 2010)																																	
	Observatório Afro-Latino. (RJ 2010)																																	
	Reafirmação da relevância das manifestações culturais afrodescendentes na formação da identidade cultural da região. (RJ 2010)																																	
	Garantir um ambiente digital para acesso à produção artística e cultura, e à difusão da diversidade cultural. (ASU 2015)																																	
	Proposta de criação de uma Agência de Distribuição Audiovisual do MERCOSUL. (RJ 2006)																																	
	Projeto “Corredor Cultural das Artes e da Indústria Audiovisual do MERCOSUL”. (RJ 2008)																																	
	Apresentação ao FOCEM da página web MERCOSUL Cultural. (BsAs 2008)																																	
	Cooperação Técnica/áreas culturais: direcionamento de bolsas de estudos/estágios. (RJ 2006)																																	
	Implementação de linhas de ação como a democratização do acesso a bens culturais. (Uruguai 2007)																																	
	Desenvolver um fundo para promover a indústria do cinema e o audiovisual no MERCOSUL. (BsAs 2008)																																	
	Itinerários Culturais do ponto de vista histórico-geográfico. (BsAs 2008)																																	
	Proposta - projeto de itinerância de Artes Visuais e Audiovisuais e fortalecimento das Indústrias Culturais da região. (BsAs 2008)																																	
	Projeto de Decisão para a constituição do Fundo MERCOSUL Cultural. (RJ 2010)																																	
	Gerar uma Rede Regional de Pontos de Cultura (ou instituições similares) (BsAs 2012)																																	
	Aprovação para a realização de um Programa de comemoração pelos 150 anos da Guerra Grande. (BsAs 2014)																																	
	Sugestão de incorporação do idioma Guarani como uma das línguas oficiais do bloco. (RJ 2006)																																	
	Apoio à iniciativa da realização do II Encontro dos Povos Guarani na América do Sul. (RJ 2010)																																	
	Comissão de Patrimônio Cultural 2010/2011. Prosseguir com mecanismos de restituição de bens culturais. (BsAs 2010)																																	
	Cooperação regional prevenção de tráfico ilícito de bens culturais, restituição, recuperação e/ou devolução. (BsAs 2010)																																	
	Respaldo à criação da Reunião de Autoridades Indígenas de MERCOSUL (RAPIM) (Caracas 2013)																																	
Avançar no reconhecimento dos sítios sagrados dos povos originários no MERCOSUL. (BsAs 2014)																																		
<b>CONFLUÊNCIAS</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>76</b>						

S O M A D A S C O N F L U Ê N C I A S

Fonte: Elaboração própria a partir de (VAZQUEZ, 2016) e atas das RMC realizadas entre os anos 2006 e 2015.

No entanto, isso não é sinônimo da existência de uma sistematização de dados sobre a integração cultural. Ademais, nota-se um entrave no acesso aos diversos níveis de debate promovidos nas RMC, dificultando conhecer de fato os resultados ou desdobramentos dos planos, programas ou projetos.

A matriz nos leva a constatar uma heterogeneidade nas temáticas abordadas. Além disso, encontramos avanços no que diz respeito às políticas culturais, como é o caso da proposta do “Programa Mercosul Audiovisual” (RMC, 2008b) ou do “Projeto Pontos de Cultura” (RMC, 2012). Não obstante, os mesmos não se constituem como políticas consistentes através de estratégias horizontais que considerem as viabilidades sociopolíticas e econômicas dentro de uma cooperação regional. As 21 categorizações das atas confluem 76 vezes nas propostas das CSM, desse número a maioria pertence ao eixo Cultura e Identidade (42), seguido por Comunicação (17), Povos Originários/Indígenas (12), Afrodescendentes (4) e Direitos Humanos, Verdade e Memória (1). Entretanto, apesar de que o número das categorizações mais que triplicou em relação às confluências, os textos das atas, na maioria dos casos, evidenciam que as iniciativas ficam no campo das sugestões, do apoio a eventos e propostas que não têm continuidade, “o fato de não haver uma instância para dar prosseguimento às atividades (...) faz com que estas sejam sempre postergadas em benefício das atribuições que os técnicos exercem nacionalmente” (BORJA, 2011b, p. 11).

É importante destacar que é no Comitê Coordenador Geral (CCG), instância técnica, que são definidos acordos, negociações e as formas de viabilização no plano formal na mesa de negociação do Mercosul Cultural, e a RMC dentro da instância política se perfila como um encontro formal com escassa discussão (PALLINI, 2001). Precisamente por isso as reuniões prévias tanto do CCG, como das comissões técnicas, constituem as bases de negociação dos países envolvidos. No entanto, percebemos, através da categorização, que os desdobramentos das comissões nas RMC acabam

ficando mais no campo das declarações de interesse do que em efetivos projetos de integração. Algumas das causas são, por exemplo, o não desenvolvimento de órgãos autônomos, ficando a autoridade dentro de organismos intergovernamentais conformados por representantes dos Estados-membros. A isto soma-se a débil institucionalização do MERCOSUL e a não participação constante dos mesmos atores sociais e de profissionais especializados que possam dar continuidade às propostas. O que percebemos no trabalho compilado por Martins e Silva (2016) e nas atas das RMC (2006 a 2015) é que não existe um modo claro e constante de transmissão das conclusões do trabalho realizado nas CSM às RMC.

Como exemplo, trazemos a Comissão da Diversidade Cultural, cuja segunda reunião foi realizada em 2014, na cidade de Buenos Aires. Ao analisarmos sua ata encontramos questões relativas à diversidade cultural – temática presente em várias propostas das CSM mencionadas no subitem anterior –, nas quais se ressalta a necessidade de abrir um debate teórico e filosófico sobre o entendimento de “Diversidade Cultural”, além de informar que “os pontos de cultura e políticas similares não são suficientes e implicam o risco de apresentar uma visão parcial e fragmentária da realidade cultural dos países do MERCOSUL” (CDC, 2014). Frente a isto, há propostas que ficam na instância protocolar nas agendas dos governos, sem priorizar a integração entre os Estados-membros, e a cultura acaba sendo reduzida a dimensões de patrimônio ou indústrias culturais, “sem ser considerada um elemento transversal no desenvolvimento social” (PALLINI, 2001).

Neste sentido, vemos que predominam nos discursos das atas elementos de retórica frente a realizações concretas. Como já afirmamos anteriormente, há pouca institucionalização do Mercosul Cultural. As declarações são bem-intencionadas, mas têm pouca praticidade, com reduzidas iniciativas efetivamente executadas. Para Janira Borja, isso seria resultado do “deslocamento entre voluntarismo político e a efervescência retórica” (BORJA, 2011a, p. 97). Além disso, cumpre enfatizar as assimetrias sistêmicas inerentes ao bloco, especialmente o modelo de integração intergovernamental do MERCOSUL, que propicia o diálogo, mas dificulta a

institucionalização (MARIANO; MENEZES, 2021, RAMANZINI JÚNIOR; LUCIANO, 2021).

Isso nos leva a questionar que tipo de participação pública está se dando e qual o impacto real da participação social. Igualmente, nos perguntamos sobre o papel das políticas culturais no que se refere ao enfrentamento do problema do déficit democrático dentro do MERCOSUL (BAPTISTA; SIMAN, 2021). Acreditamos que não chega a ser uma participação significativa que se configura como estratégia necessária para a expansão e o aprofundamento das instituições regionais. Dita participação continua representando um desafio, sobretudo considerando que ela se refere à concretização do diálogo com a sociedade civil e suas demandas.

Segundo Cecília Alemany e Beatriz Leandro (2006), há alguns obstáculos para a participação, como a alta rotatividade dos representantes e a falta de recursos financeiros. Isto é perceptível na lista geral das 341 Organizações da Sociedade Civil (OSC) participantes das CSM, realizada por Martins e Silva (2016), na qual podemos perceber que a maior parte esteve presente na edição do seu respectivo país, ou seja, uma única vez. Neste sentido, com relação à cultura, houve a participação de 27 OSC, das quais 22 pertencem ao Brasil, 2 ao Uruguai, 2 à Venezuela e 1 ao Paraguai; e das 27, 13 participaram da II CSM, 8 da VI, 5 da XV, 2 da VII, 2 da XVI, 1 da V e 1 da XIII, totalizando um número maior de participações que de OSC, posto que somente três delas estiverem presentes em mais de uma cúpula.

Já nas RMC, a partir das atas, percebemos que a participação de ministros, vice-ministros, secretários e subsecretários da cultura, ao longo dos anos estudados, equivale a 58%; 16% são de representantes pertencentes aos Ministérios/Secretarias da Cultura, vinculados a cargos de diretoria, subsecretaria e assessoria. E 28% dos representantes dos países presentes nas reuniões têm outros cargos não vinculados diretamente à cultura, como embaixador, cônsul, chefe de assuntos internacionais e encarregado de negócios de embaixada. Segundo a lista de assinaturas das atas categorizadas, nos anos de 2008 e 2010 houve maior presença de

ministros/vice-ministros, secretários/subsecretários da cultura nas reuniões, e são justamente nesses anos que a análise categorial apresenta a maioria de planos, programas ou projetos que confluem nas propostas de participação social (ver matriz 1).

#### **4. Algumas considerações finais**

A partir da análise dos documentos das CSM e das RCM, observamos que no MERCOSUL não houve uma mudança significativa do lugar da cultura. Igualmente, percebe-se uma dificuldade em se avançar em consensos políticos sobre o setor cultural. Embora a cultura tenha ganhado espaço a partir dos anos 2000, o setor não é uma prioridade do bloco. Falta, por exemplo, construir uma estratégia de articulação das CSM e das RCM com outras instâncias do MERCOSUL e representantes dos países mercosulinos em espaços como o Parlamento do Mercosul (PARLASUL). Além disso, também carece articular estrategicamente os poderes legislativos e demais atores políticos nacionais. A agenda cultural deveria ser prioridade tanto dos órgãos executivos e legislativos dos Estados-membros, como do bloco como um todo.

Outrossim, com a ausência de um efetivo marco político-institucional de integração, houve um aprofundamento do déficit democrático, uma vez que foros como as CSM deixaram de existir e não foi possível alterar a institucionalidade focada nos poderes executivos dos Estados-membros dentro do bloco. Por isso é fundamental seguir demandando a construção de espaços e institucionalidades mais democráticas dentro do bloco com o objetivo de descentralizar o processo decisório, assim como o fortalecimento dos movimentos sociais e a criação de “mecanismos de resiliência” por todos os agentes não estatais (BAPTISTA; SIMAN, 2021, p. 256).

Por fim, para Valéria Graziano, o MERCOSUL segue “reproduzindo uma visão bastante limitada sobre o lugar da cultura para o desenvolvimento regional, restrita à promoção do bloco e à realização de eventos” (GRAZIANO,

2021). Assim, se faz necessário apreciar a cultura desde outra perspectiva, pois para além de uma categoria reduzida ao entretenimento, é necessário localizá-la como uma variante que influencia o desenvolvimento e a construção da integração regional.

## 5. referências

ALEMANY, Cecilia.; LEANDRO, Beatriz. **Análisis y propuestas para la participación ciudadana en el MERCOSUR.** Análisis y propuestas, Montevideo: Friedrich Ebert Stiftung Uruguay, 2006. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/04479.pdf>. Acesso em: 19 nov.2021.

BAPTISTA, João Victor; SIMAN, Tainá Estanislau. Dimensão humana e social do MERCOSUL: da institucionalização ao esvaziamento. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 10, n. 1, p. 253-276, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2021.v10n1.p253-276>. Acesso em: 19 nov.2021.

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey. Process tracing: from philosophical roots to best practices. In: BENNETT, Andrew.; CHECKEL, Jeffrey. eds. **Process Tracing in the Social Sciences.** From Metaphor to Analytic Tool. Nueva York: Cambridge University Press, 2015.

BORJA, Janira. **A retórica do silêncio: cultura no MERCOSUL.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, Brasília, DF, p. 160. 2011a. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8860/1/2011\\_JaniraTr%c3%adpodiBorja.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8860/1/2011_JaniraTr%c3%adpodiBorja.pdf). Acesso em: 04 mar. 2019.

BORJA, Janira. Notas sobre o silêncio: cultura no Mercosul. In: **Anais do 3º Encontro Nacional da Abri: Governança Global e Novos Atores.** USP – SP, 2011b, IR2 p. 1-18. Disponível em: [http://www.abri.org.br/anais/3\\_Encontro\\_Nacional\\_ABRI/Integracao\\_Regional/IR%20\\_Janira%20Tr+%A1podi%20Borja%20Notas%20sobre%20o%20sil+%ACncio%20cultura%20no%20Mercosul.pdf](http://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Integracao_Regional/IR%20_Janira%20Tr+%A1podi%20Borja%20Notas%20sobre%20o%20sil+%ACncio%20cultura%20no%20Mercosul.pdf) Acesso em: 04.03.2021.

CAETANO, Gerardo; VÁZQUEZ, Mariana; VENTURA, Deisy. Reforma institucional del MERCOSUR. Análisis de un reto. In: CAETANO, G (coord.) **La reforma institucional del MERCOSUR.** Del diagnóstico a las propuestas, Montevideo: CEFIR, 2009.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais.** Petrópolis: Vozes, 2011.

CDC (COMISSÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL), II, 2014. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2014. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/61286\\_RMC-CDC\\_2014\\_ACTA01\\_ES.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/61286_RMC-CDC_2014_ACTA01_ES.pdf). Acesso em: 09 nov. 2021.

DIZ, Jamile; OLIVEIRA Joaner. A integração regional sul-americana: um estudo do viés social e da participação popular no MERCOSUL e na UNASUL. **Revista Brasileira de Direito Internacional**: Porto Alegre, vol. IV, n° 2, p. 107 - 128, jul/dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0219/2018.v4i2.4908>. Acesso em: 19 mai. 2021.

GRAZIANO, Valéria. Pandemia, Emergência Cultural e a Resposta do MERCOSUL: Reflexões sobre o Lugar da Cultura na Integração Regional Sul-Americana. **Carta FoMerco**, v.1, n.7, jul, 2021.

MACHADO, Jessica; MARTINEZ, Elias. A dimensão social da integração Mercosulina: uma análise sobre o Projeto MERCOSUL Social. **Monções - Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 6, n. 12, p. 368-394, 2017. DOI: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v6i12.7147>. Acesso em: 05 mai. 2021.

MARIANO, Karina; MENEZES, Roberto, **Três Décadas De MERCOSUL: Institucionalidade, Capacidade Estatal e Baixa Intensidade Da Integração**, Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 147-179, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-147179/112>. Acesso em: 25 abril 2021.

MARTINS, José Renato. MERCOSUL: a dimensão social e participativa da integração regional. **O Brasil e novas dimensões da integração regional**. Brasília (DF), IPEA, p. 101-144, 2014. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_novas\\_dimensoes.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_novas_dimensoes.pdf). Acesso em: 01 maio 2021.

MARTINS, José Renato; SILVA, Carolina. **As Cúpulas Sociais do MERCOSUL Vol. I - História e Acervo**. Assunção: Unidade de Apoio à Participação Social - ISM, 2016. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/as-cupulas-sociais-do-MERCOSUL-i-historia-e-acervo/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

MERCOSUL (MERCOSUL/CMC/DEC). N° 02/95: **REUNIÓN DE MINISTROS DE CULTURA**. 1995. Disponível em: [https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/25845\\_DEC\\_002-1995\\_ES\\_ReuMinCult.pdf](https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/25845_DEC_002-1995_ES_ReuMinCult.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod\\_resource/content/1/Roque-Moraes\\_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

PALLINI, Verónica. **Mercosur cultural: reflexiones acerca de la dimensión cultural de la integración**. IDES. Buenos Aires, 2001. Disponível em:

[http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/ar/ar-025/index/assoc/D4337.dir/Debate14\\_Pallini.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/ar/ar-025/index/assoc/D4337.dir/Debate14_Pallini.pdf). Acesso em: 10 nov. 2021.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; LUCIANO, Bruno Theodoro. **Regional (Dis)Integration Beyond Governments: A Comparison in Social and Civil Society Participation between Mercosur and SADC**. *International Area Studies Review*, vol. 24, no. 1, mar. 2021, pp. 18–34, doi:10.1177/22338659211005587.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXII. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2006a. Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/public/reuniones/doc/1951>. Acesso em: 11 nov. 2021.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXIII. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2006b. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/23604\\_RMC\\_2006\\_ACTA02\\_PT.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/23604_RMC_2006_ACTA02_PT.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXIV. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2007a. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/23602\\_RMC\\_2007\\_ACTA01\\_ES.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/23602_RMC_2007_ACTA01_ES.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXV. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2007b. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/23590\\_RMC\\_2007\\_ACTA02\\_ES.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/23590_RMC_2007_ACTA02_ES.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXVI. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2008a. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/23574\\_RMC\\_2008\\_ACTA01\\_ES.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/23574_RMC_2008_ACTA01_ES.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXVII. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2008b. Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/public/reuniones/doc/1999>. Acesso em: 11 nov. 2021.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXVIII. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2009a. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/13675\\_RMC\\_2009\\_ACTA01\\_ES.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/13675_RMC_2009_ACTA01_ES.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXIX. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2009b. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/44887\\_2009\\_RMC\\_ACTA02.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/44887_2009_RMC_ACTA02.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.



RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXX. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2010a. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/37717\\_RMC\\_2010\\_ACTA01\\_ES-Corr1.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/37717_RMC_2010_ACTA01_ES-Corr1.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXXI. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2010b. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/38649\\_RMC\\_2010\\_ACTA02\\_PT-Corr1.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/38649_RMC_2010_ACTA02_PT-Corr1.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXXII. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2011a. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/40202\\_RMC\\_2011\\_ACTA01\\_ES\\_Acta.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/40202_RMC_2011_ACTA01_ES_Acta.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXXIII. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2011b. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/42077\\_RMC\\_2011\\_ACTA02\\_ES.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/42077_RMC_2011_ACTA02_ES.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXXIV. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2012a. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/45831\\_RMC\\_2012\\_ACTA01\\_ES.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/45831_RMC_2012_ACTA01_ES.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXXV. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2012b. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/53226\\_RMC\\_2012\\_ATA02\\_PT.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/53226_RMC_2012_ATA02_PT.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXXVI. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2013. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/49194\\_RMC\\_2013\\_ACTA01\\_ES.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/49194_RMC_2013_ACTA01_ES.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXXVII. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2014. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/61265\\_RMC\\_2014\\_ACTA01\\_ES.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/61265_RMC_2014_ACTA01_ES.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXXVIII. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2015a. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/58450\\_RMC\\_2015\\_ATA01\\_PT.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/58450_RMC_2015_ATA01_PT.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

RMC. REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA, XXXIX. Ata... **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL, 2015b. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/59933\\_RMC\\_2015\\_ACTA02\\_ES.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/59933_RMC_2015_ACTA02_ES.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica**. São Paulo: Avercamp, p. 61-77, 2006.

ROSA, Eliana Cristina. O conhecimento científico da metodologia: como olhar para o método hipotético dedutivo como ferramenta de pesquisa. **Iniciação & Formação Docente**, [S.l.], v. 2, n. 2, out. 2016. DOI: <https://doi.org/10.18554/i&fd.v2i2.1656>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SOARES, Maria Susana Arrosa. Balance y perspectivas del MERCOSUR Cultural: 20 años de existencia. In: BRICEÑO RUIZ, J. (Ed.). **El Mercosur y las complejidades de la integración regional**. Buenos Aires: Teseo, 2011.

VAZQUEZ, Mariana. (Org.). **As Cúpulas Sociais do Mercosul. Vol. II – Declarações e Documentos de Trabalho** – Jul. 2006/Jul. 2015. Assunção: Unidade de Apoio à Participação Social - ISM, 2016. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/as-cupulas-sociais-do-MERCOSUL-ii-declaracoes-e-documentos-de-trabalho/>. Acesso em: 25 out. 2021.

WORTMAN, Ana; LESSA, Mônica. Ecos do Mercosul Cultural: políticas, ideias e práticas (2003-2015). **Sul Global**, v. 1, n. 2, p. 127-152, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/38327/pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.